

A COESÃO EM HISTÓRIAS CONTADAS A PARTIR DE IMAGENS POR CRIANÇAS DOS 6 AOS 8 ANOS

Dada a rapidez com que a criança adquire a linguagem e a riqueza de material que evidencia, é compreensível, de acordo com C. M. Scott¹, que a pesquisa no domínio da psicolinguística do desenvolvimento se tenha centrado nos últimos anos principalmente no estudo da linguagem da criança em idade pré-escolar. Com efeito, tal posição parece assentar na hipótese segundo a qual a criança já dominaria *basicamente* a sua língua na altura de entrar para a escola, i.e. por volta dos 5 anos de idade².

Por sua vez, T. Bennett-Kastor³ avança como significativo o facto de crianças de 5 anos e até mesmo de idades inferiores já conseguirem atingir de um modo positivo muitos dos objectivos textuais que um discurso exige. Tal sucesso, de acordo com a autora, torna-se possível em virtude de as crianças estarem desde muito cedo extremamente familiarizadas com narrativas, o que faz com que esta modalidade de execução verbal revele tais resultados com mais nitidez do que quaisquer outras execuções verbais⁴.

O estudo em língua portuguesa que será objecto deste artigo pretende mostrar a qualidade da coesão dos textos de crianças de 6, 7 e 8 anos de idade quando se lhes pede que contem histórias que lhes são previamente apresentadas sob forma pictórica. Os resultados obtidos evidenciam que mesmo a este nível etário ainda é possível

¹ Cf. SCOTT, C. M. — *Adverbial connectivity in conversations of children 6 to 12*, in «Journal of Child Language», vol. 11, n.º 2, 1984, p. 423.

² Cf. REES, N. — *The speech pathologist and the reading process*, in «ASHA», 16, p. 255. Referido por SCOTT, C. M., *art. cit.*, 1984, p. 423.

³ BENNETT-KASTOR, T. — *Noun phrases and coherence in child narratives*, in «Journal of Child Language», vol. 10, n.º 1, 1983, pp. 148 e 149.

⁴ Cf. BENNETT-KASTOR, T., *art. cit.*, 1983, p. 149.

surpreender estratégias que traduzem o caminhar para o pleno domínio da execução verbal em questão.

Tornar-se-á porventura pertinente referir, um pouco à semelhança do que sugere Donaldson⁵, que, quando entra em jogo na resolução de um problema todo um complexo de factores, a criança revela dificuldades não manifestadas em momentos em que se encontra face a situações (experimentais) que lhe são mais acessíveis.

Na verdade, é possível que o uso de imagens possa criar todo um complexo de factores que influenciem negativamente a criança quando esta tem de contar uma história⁶.

Pretende-se assim mostrar com os dados analisados como é que a criança, entre os 6 e os 8 anos, numa situação experimental bem estabelecida, consegue conferir às suas produções textuais uma determinada coesão. Essa coesão apoiar-se-á não só nos (sintagmas) nominais que ocorrem na história, quer referentes à personagem quer a outros objectos, tendo em consideração o modo como estes elementos são introduzidos e o modo como são retomados ulteriormente, mas apoiar-se-á também no uso de conectores entre estruturas⁷ (designados por vezes por charneiras⁸) e no uso de paralelismo, ingrediente de coesão associado essencialmente ao sintagma verbal⁹.

Por outro lado, pretende-se ainda verificar até que ponto a narração da criança deixa transparecer a influência da imagem,

⁵ DONALDSON, M. — *Children's minds*, New York, Norton, 1978. Referido por POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F. — *The use of the definite and indefinite articles by Italian preschool children*, in «Journal of Child Language», vol. 13, n.º 1, 1986, p. 153.

⁶ Cf. GRIFFITH, P. L.; RIPICH, D. N.; DASTOLI, S. L. — *Story structure, cohesion and propositions in story recalls by learning-disabled and nondisabled children*, in «Journal of Psycholinguistic Research», vol. 15, n.º 6, 1986, p. 553.

⁷ As estruturas em que foram analisadas as histórias repartem-se por cinco tipos, a saber: SV(O)(C), SVS'(Q, «il» impessoal, «ce» («présentatif») e N (sintagma). Cf. GIROLAMI-BouLiNtER, A. — *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, 1984, p. 14 e PMTO, M. G. Lisboa Castro — *Primeiros contributos para um estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita*, in «Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas», Universidade do Porto, II Série, vol. II, 1985, pp. 257 e 258.

⁸ Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A., *op. cit.*, 1984, pp. 10 e 25.

⁹ Cf. BENNETT-KASTOR, T. L. — *Cohesion and predication in child narrative*, in «Journal of Child Language», vol. 13, n.º 2, 1986, p. 353.

fazendo-a utilizar meios verbais menos adequados em virtude da sua inerência ao contexto visual/situacional.

METODOLOGIA

População

Foram estudadas as produções orais de 180 crianças portuguesas em idade pré-escolar e escolar. 60 crianças, com uma idade média de 6 anos, encontravam-se no nível pré-primário e frequentavam diferentes Infantários da cidade do Porto; 60 crianças, com uma idade média de 7 anos, estavam no 1.º ano da Instrução Primária (1.ª classe) e as restantes 60 crianças, com uma idade média de 8 anos, encontravam-se no 2.º ano da Instrução Primária (2.ª classe). Estes dois últimos grupos frequentavam Escolas Primárias da cidade do Porto.

Todas estas crianças provinham dos meios sócio-económicos que normalmente frequentam os Infantários e as Escolas Primárias. Os estabelecimentos visitados não pertenciam a bairros considerados marcados do ponto de vista sócio-económico.

Cada grupo era constituído por crianças de ambos os sexos e em idades que correspondiam a um rendimento escolar normal.

Material

Usou-se como material de base a representação pictórica de uma história distribuída por três imagens e que constitui uma versão simplificada da história do «Café» de Adamson, reduzida a três actos e que integra o «CALE»¹⁰.

O conteúdo de cada uma das imagens poderá ser apresentado do seguinte modo: na primeira imagem uma personagem está sentada a uma mesa onde se encontra um copo cheio; na segunda imagem a chuva começa a cair e o copo está menos cheio e na terceira imagem

¹⁰ Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Controle des aptitudes à la lecture et à l'écriture*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1974 e GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Compréhension et expression chez l'enfant et l'adolescent à partir de deux épreuves de langage oral et écrit*, in «Revue de Laryngologie, Otologie, Rhino-logie», Bordeaux, vol. 100, n.º 7-8, 1979, p. 420.

a chuva cai com mais força, a cadeira fica vazia e o copo não está em cima da mesa^{ri}.

Foi utilizada uma história com três imagens para garantir que o principal referente, o protagonista, assim como outros referentes/objectos pudessem ser mencionados mais do que uma vez, o que permite uma comparação, pelo menos, entre as suas primeiras e segundas menções¹².

Os dados deste estudo tomam assim como base 180 histórias contadas oralmente, correspondendo a cada um dos grupos etários 60 histórias.

Procedimento

Nos três grupos considerados, a narração da história, que tem por base o suporte de análise atrás referido, foi efectuada oralmente e de memória. O desenho que representa a história permaneceu diante da criança o tempo que ela desejou e de que teve necessidade. No entanto, ela só começou a contar a história quando já não tinha à sua frente a representação pictórica.

A aplicação da prova foi feita individualmente e realizou-se no fim do ano escolar (mês de Junho), pelo que as crianças dos três grupos em questão tinham respectivamente, em média, 6, 7 e 8 anos de idade.

Atendendo a que as crianças de 6 e de 7 anos ainda não apresentam, de um modo geral, uma mestria da linguagem escrita comparável à da linguagem oral, procedeu-se neste estudo unicamente à comparação das produções orais dos três grupos em causa.

O retirar da representação visual da história da frente da criança, no momento da sua narração, explica-se pelo facto de neste leque etário ela ainda se poder prender demasiado a pormenores, menos-prezando a história no seu todo. Este fenómeno poderá ir ao encontro do tipo de raciocínio ainda passível de ser observado em algumas

^{ri} Cf. GJROLAMI-BOULÍNIER, A., *op. cit.*, 1984, p. 37; PINTO, M. G. Lisboa Castro, *art. cit.*, 1985, pp. 266 e 267.

¹² Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F. — *The use of the definite and indefinite articles by Italian preschool children*, in «*Journal of Child Language*», vol. 13, n.º 1, 1986, p. 148.

destas crianças¹³ e congruente com uma cronologia descritiva, estática, por oposição a uma cronologia de acção, dinâmica¹⁴.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Coesão referencial

Encontra-se em causa neste momento a análise do modo como surgem em primeiras e subsequentes menções os referentes que ocorrem nas histórias narradas pelas crianças portuguesas observadas. São assim objecto de estudo a determinação dos nomes¹⁵ relativos à personagem da história, uma vez que nesta só ocorre uma única personagem, e a dos nomes referentes a objectos inanimados que constituem em grande parte o quadro onde se desenrola a acção.

O aspecto que revestem os sintagmas nominais em termos de determinante traduzirá também a capacidade de manipulação por parte da criança da distinção entre o conhecido e o novo, a nível de informação a transmitir.

Visto que se trata de uma narrativa que se apoia numa base pictórica distribuída por uma sequência de três imagens, em que tanto a personagem como os diferentes objectos reocorrem, de um modo geral, pelo menos duas vezes, considerar-se-á até que ponto a imagem não poderá funcionar como um mecanismo não-verbal (referência situacional, exofórica¹⁶) de introdução dos elementos que virão a ser retomados na produção verbal.

Centrar-se-á assim a nossa atenção especialmente no modo como são precedidos ou referidos os nomes/referentes (relativos a seres animados e a objectos inanimados) em primeiras e subsequentes menções, i.e., atender-se-á à referência textual (endofórica, em princípio de índole anafórica), em virtude da co-referência¹⁷.

¹³ Cf. PIAGET, J.—*Le langage et la pensée chez Venfant*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1923 (9.^a ed., 1976) e *Le jugement et le raisonnement chez Venfant*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1924 (8.^a ed., 1978).

¹⁴ Cf. GmOLAMi-BouLINIER, A., *op. cit.*, 1984, p. 38.

¹⁵ O nome é aqui tomado no sentido de substantivo (cf. CUNHA, C; CINTRA, L. — *Nova gramática do português contemporâneo*, 2.^a ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1984, cap. 8, pp. 177 e segs.).

¹⁶ Cf. HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. — *Cohesion in English*, London, Longman, 1976, p. 33.

¹⁷ Cf. HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R., *op. cit.*, 1976, pp. 3 e 31-33.

A criança poderá por isso utilizar, ou o artigo como determinante do nome, ou empregar — sobretudo em menções não introduzidas previamente no texto e em menções não introdutórias — outros tipos de expressões *definidas*, como, por exemplo, o pronome, ou então poderá servir-se ou não somente da desinência número-pessoal da forma verbal¹⁸ como marca de reiteração.

O emprego correcto do artigo definido e indefinido, de acordo com R. J. D. Power e M. F. Dal Martello¹⁹, assenta numa regra segundo a qual quando um falante menciona um referente a um ouvinte necessita de tomar em consideração o conhecimento do ouvinte para decidir se deve empregar o artigo definido ou indefinido. O artigo definido ou qualquer outra expressão definida serão assim usados quando o ouvinte já se encontra familiarizado com o objecto, quer por experiência directa quer por via verbal. O falante deverá usar em contrapartida o artigo indefinido quando o ouvinte não se encontra ainda familiarizado com o nome/objecto. Segundo os autores, trata-se de uma regra pragmática, visto que o falante tem de ter em consideração a pessoa com quem está a falar²⁰.

A condicionar este aspecto pragmático²¹, poderá também estar o suporte visual que serve de ponto de partida para a narração da história. Com efeito, o uso de imagens pode manifestar uma influência negativa na explicitação de elementos necessários ao texto e motivar o aumento do uso de pronomes e de outras expressões definidas em relação a certos nomes e de artigos indefinidos a preceder em especial nomes relativos a objectos inanimados, para além do aumento do emprego de conjunções²² (conectores).

¹⁸ Nestes casos poderá dizer-se, como referem MIRA MATEUS, M. H. et alii, 1983, p. 202, que se trata de um termo anafórico que é sintacticamente uma categoria vazia, verificando-se por isso uma elipse na cadeia anafórica em questão. Cf. MIRA MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; SILVA DUARTE, I. e HUB FARIA, I. — *Gramática da língua portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

¹⁹ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 146.

²⁰ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 146.

²¹ A restrição pragmática do domínio de quantificação, no caso do artigo definido, também é salientada por J. A. Hawkins. Cf. HAWKINS, J. A. — *Definiteness and indefiniteness. A study in reference and grammaticality prediction*, London, Croom Helm, Atlantic Highlands, N. J., Humanities Press, 1978, p. 160.

²² Cf. GRIFFITH, P. L.; RIPICH, D. N.; DASTOLI, S. L., *art. cit.*, 1986, p. 553; e HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R., *op. cit.*, 1976, p. 34.

Por outro lado, pode ainda a «presença» da imagem afectar no falante o despertar da necessidade de dar a conhecer ao ouvinte²³ o que se passa. Assim sendo, poderá considerar-se a imagem como um factor motivador de uma facilitação do não considerar do ouvinte no acto de contar a história.

Para R. J. Power e M. F. Dal Martello²⁴, o falante, ao usar os artigos, pode cometer dois tipos de erros. Por um lado, pode cometer o chamado «erro de incoerência» quando emprega um artigo indefinido num contexto em que o falante já se encontra familiarizado com o referente. Por outro lado, pode ainda utilizar o artigo definido em contextos em que o ouvinte não está ainda familiarizado com o referente. A este erro chamam os autores «erro egocêntrico», tomando como base a obra de Piaget em que se evoca o egocentrismo da criança²⁵.

O egocentrismo poderá assim provocar, quer a centração no ponto de vista do falante, quer a centração no ponto de vista do ouvinte, em detrimento em ambos os casos de uma centração no próprio discurso, centração essa necessária a uma boa utilização da coesão (co-referencial (endofórica))²⁶.

Os resultados obtidos neste estudo, relativamente ao uso do artigo ou de expressões *definidas* que substituem o sintagma nominal, poderão surpreender estratégias usadas pela criança até atingir a estabilização correspondente a um bom domínio da coesão referencial textual.

Em virtude do facto de existir na história uma personagem que ocorre duas vezes e diferentes objectos que também surgem mais do que uma vez, apresentam-se num primeiro momento os resultados relativos às referências definidas, indefinidas e outras em diferentes menções (3) da personagem e de seguida o modo como são ou introduzidos e retomados ou somente introduzidos os nomes ocorrentes na história e não referentes ao protagonista.

²³ Cf. GRIFFITH, P. L.; RIPICH, D. N.; DASTOLI, S. L., *art. cit.*, 1986, p. 553.

²⁴ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 146.

²⁵ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 146; PIAGET, J. — *Le langage et la pensée chez Venfant*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1923 e PIAGET, J. — *Comments on Vygotsky's critical remarks*, in «Arch. PsychoL», XLVII, 183, 1979, pp. 237-249.

²⁶ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 153 e HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R., *op. cit.*, 1976, pp. 33 e 71.

QUADRO 1 — *Percentagem de Referências Definidas, Indefinidas e Outras em 1.^{as}, 2.^{as} e 3.^{as} Menções dos Nomes Relativos à Personagem da História*

Tipos de Referências	1. ^a Menção			2. ^a Menção			3. ^a Menção		
	Idade			Idade			Idade		
	6 anos	7 anos	8 anos	6 anos	7 anos	8 anos	6 anos	7 anos	8 anos
Indefinida	% 80	%	% 80	%	%	%	%	%	%
Definida	10 1,66	73,33	10	13,33	15	35	11,76	14,28	11,76
Pronome	5 3,33	11,66	3,33	15 10	16,66	18,33	17,64	4,76	5,88
0 (Desinência Verbal*)		6,66	6,66	38,33	11,66	31,66	5,88	19,04	76,47
Outras		3,33 5		23,33	31,66 25	15	58,82	52,38	5,88

* Desinência número-pessoal.

Relativamente ao quadro em questão, pode constatar-se que nos três grupos etários se torna saliente a referência de um modo indefinido à primeira menção da personagem da história. Surge então o sintagma nominal em causa de um modo geral como agente da acção e exercendo a função de sujeito. Este mesmo sintagma nominal ocorre muito raramente com o nome a ser modificado por adjectivo, podendo contudo o sintagma nominal (Det.+N.) surgir num número já menos raro de vezes acompanhado por uma oração relativa, com função cataforica e que terá como objectivo apresentar a personagem²⁷.

Em número extremamente reduzido e por isso não significativo, aparece o nome referente à personagem da história com função de objecto, sendo nesses casos sujeito não expresso a imagem²⁸.

As restantes percentagens de respostas, relativamente à 1.^a menção, correspondem a um comportamento em que o falante não

²⁷ Em termos de análise sintáctica, a estrutura que contém essa relativa é do tipo «ce présentatif» (cf. GIROLAMI-BOULINIER, A., *op. cit.*, 1984, p. 14), o que revela bem a apresentação em causa.

²⁸ Nestes casos encontram-se em questão produções em que a criança se limita a descrever o conteúdo de cada uma das imagens. Ex.: «Tem um homem a beber leite. Tem outro a beber leite e a chuva e tem uma mesa sem nada e uma cadeira.»

manifesta a necessidade de introduzir a personagem. Por outros termos, o falante parece partir de um conjunto de conhecimentos partilhados também pelo ouvinte, usando os meios verbais congruentes com tal tomada de posição: uso do artigo definido, do pronome ou eventualmente da simples desinência número-pessoal da forma verbal.

Poderá dizer-se que neste caso a criança está demasiado presa ao seu ponto de vista, o que faz com que cometa, segundo Power e Martello, um erro egocêntrico. Trata-se pois de um erro que remete não só para uma não consideração da perspectiva do ouvinte por parte do falante mas também para uma não contração no discurso como tal. Poderá igualmente dizer-se que o modo como a criança se refere à personagem remete para o contexto visual, provocando consequentemente erros de referência; isto porque a criança está a referir-se a elementos ainda não presentes no texto e que só são inequívocos e familiares para quem conhecer previamente a história.

Quanto à 2.^a menção, as respostas obtidas não realçam uma utilização sistemática e generalizada do artigo definido a preceder o nome. Assim, para além do emprego de uma expressão definida, como, por exemplo, o pronome, sob a forma de sujeito e que é em especial um modo não redundante de marcar o sujeito e que é traduzido pela presença da desinência número-pessoal eventual verbal. Este modo sincrético de proceder ainda se torna mais evidente na 3.^a menção da personagem. Trata-se assim de expressar a coesão referencial através de um processo que se torna extremamente económico (elipse) e que poderá revelar a capacidade que a criança já possui, em relação a certos nomes, de manipular os meios necessários à elaboração de um texto no que se refere ao estabelecimento de cadeias anafóricas.

As percentagens de emprego do artigo indefinido nas 2.^a e 3.^a menções, aos 6 e 7 anos, corresponderão a um comportamento em que a criança ainda descreve as imagens independentemente umas das outras, o que a fará introduzir a personagem de cada uma das vezes em que surge de uma maneira que se aproxima da enumeração. Consequentemente, tal modo de agir, para além de poder traduzir, pelo menos em parte, o erro de incoerência a que se referem Power e Martello, pode revelar também o facto de a criança ainda não ter atingido a cronologia dinâmica. Apesar de os resultados serem coincidentes torna-se pertinente tomar também em consideração outros factores para além do meramente referencial.

Considere-se agora o que se passa relativamente à referência de outros nomes relativos a objectos inanimados e por isso não correspondentes à personagem e que ocorrem ao longo das narrações das histórias. Serão unicamente focadas três menções, em virtude de a 4.^a menção surgir já muito esporadicamente e nela se verificar o uso do artigo definido em dois dos quatro casos de ocorrência desta menção nos três grupos de sujeitos.

QUADRO 2—*Percentagem de Referências Indefinidas, Definidas e Outras em 1.º*, 2.º e 3.º Menções de Nomes Relativos a Objectos Inanimados*

Tipos de Referências	1.ª Menção			2.ª Menção			3.ª Menção		
	Idade			Idade			Idade		
	6 anos	7 anos	8 anos	6 anos	7 anos	8 anos	6 anos	7 anos	8 anos
Indefinida	%	%	%	%	0/10	%	%	%	%
Definida	52,5	61,36	55,55	35,50	31,82	94,44	47,05	47,36	33,33
Sem artigo	37,5	25	33,33	7,5	50	5,55	41,17	36,84	50
Outras	7,5	11,36	11,11	7,5	13,63		11,76	10,52	16,66
	2,5	2,27			4,54			5,26	

Não considerando o tipo de resposta em que o nome surge não introduzido por determinante ou em que ocorre, por exemplo, um pronome indefinido em sua substituição, constata-se da 1.^a para a 2.^a menção a existência de uma passagem do emprego do artigo indefinido para o artigo definido a preceder o nome. Acontece porém que a percentagem de uso do artigo definido em 1.^{as} menções aos 8 anos ainda é representativa (33,33 %), como também são representativos os valores correspondentes ao uso do artigo indefinido em 2.^{as} menções aos 6 e 7 anos (35 e 31,85 %). Tais dados poderão levar a pensar no tratamento verbal distinto que merecem a estes grupos etários a introdução e reiteração de um agente (animado) e a introdução e reiteração de nomes relativos a objectos inanimados pertencentes em grande parte ao quadro em que se desenrola a acção. Com efeito, a 3.^a menção ainda consegue revelar com mais evidência essa distinção. Assim, observa-se aos 6 e 7 anos um emprego superior de referências indefinidas, sendo a percentagem ainda representativa aos 8 anos. Tal facto poderá advir mais uma vez de um resvalar para

o processo de enumeração dos objectos ocorrentes no quadro da acção, o que faz transparecer concomitantemente a incoerência referida por Power e Martello, a nível de co-referência, e também uma não coerência textual, por falta de um uso correcto dos meios necessários à organização da coesão endofórica, de tipo anafórico.

Observe-se ainda o modo como são introduzidos os nomes que são referidos unicamente uma vez e que não coincidem com a personagem.

QUADRO 3 — *Percentagem de Referências Definidas, Indefinidas e Outras de Nomes Relativos a Objectos Inanimados só Ocorrentes uma Vez*

Tipos de Referências	Idade		
	6 anos	7 anos	8 anos
Indefinida	45,07	56,75	29,66
Definida	33,80	28,37	39,83
Sem artigo	19,71	14,86	28,81
Outras	1,40	—	1,69

Revela o Quadro 3 uma tendência mais acentuada por parte do grupo dos 8 anos para o uso do nome precedido de artigo definido ou sem ser precedido de determinante. Apesar de estes tipos de resposta também aparecerem aos 6 e 7 anos, eles são na verdade mais numerosos no grupo dos 8 anos.

Esta tendência para o emprego do artigo definido já tinha sido referida relativamente às crianças mais velhas, muito embora de grupos etários mais novos, por Bennett-Kastor²⁹.

Resta observar que tipos de nomes estão essencialmente em causa. Assim constata-se, para além do uso homofórico do artigo definido³⁰, o seu emprego a determinar nomes massivos e nomes relativos e objectos inferíveis do contexto³¹.

²⁹ BENNETT-KASTOR, T., *art. cit.*, 1983, pp. 145 e 146.

³⁰ Cf. HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R., *op. cit.*, 1976, p. 71.

³¹ Cf. POWER, R. J. D.; DAL MARTELLO, M. F., *art. cit.*, 1986, p. 153.

Relativamente tanto aos nomes massivos como aos nomes/ /objectos inferíveis do contexto, estará em jogo o aspecto pragmático. Na verdade, o uso referencial, inequívoco, de tais nomes/referentes requer uma partilha de conhecimentos entre falante e ouvinte³², partilha essa que a criança pode pressupor existente em virtude de o suporte visual ter sido presenciado simultaneamente pelo ouvinte/ /experimentador e pelo falante/criança e em virtude de o mundo que rodeia a criança «coincidir» com o que rodeia o ouvinte.

Especialmente a criança de 8 anos usará de preferência, em objectos inferíveis do contexto, o nome precedido de artigo definido, partindo porventura de uma base comum tácita de conhecimentos (do mundo e da história em questão) entre falante e ouvinte, o que lhe permitirá conferir uma maior familiaridade à referência em causa³³, correndo mesmo o risco de a referência vir a remeter para o contexto extra-verbal, i.e., ser exofórica.

Quanto ao uso do artigo definido a preceder nomes massivos (ou mesmo o não uso do artigo a preceder este tipo de nome) pressupõe, seguindo Hawkins³⁴, que não exista nenhuma parte da quantidade (pragmaticamente) relevante desse massivo que não seja incluída na referência. Essa inclusividade³⁵ relativa aos massivos faz realçar de novo a importância da partilha de conhecimentos entre falante e ouvinte. Se o nome massivo ocorre precedido de artigo definido ou por vezes sem qualquer determinante, sem qualquer quantificação, pressupõe-se uma porção desse massivo, ou seja, por exemplo, *um copo de*, que constitui neste caso precisamente uma quantificação pragmaticamente limitada e conhecida do falante e do ouvinte por inferência do contexto extra-verbal.

Por sua vez também se observa o emprego de artigos definidos que não traduzirão a referência específica que se esperaria desse determinante nem a preocupação de despertar no ouvinte o mesmo referente particular³⁶. O artigo revelará antes um sentido genérico,

³² Relativamente aos massivos, ver HAWKINS, J. A., *op. cit.*, 1978, p. 159.

³³ Cf. KARMILOFF-SMITH, A. — *A functional approach to child language. A study of determiners and reference*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. 26.

³⁴ HAWKINS, J. A., *op. cit.*, 1978, pp. 160 e 161.

³⁵ Cf. HAWKINS, J. A., *op. cit.*, 1978, p. 161.

³⁶ Cf. MARATSOS, M. P. — *Preschool children's use of definite and indefinite articles*, in «Child Development», 45, 1974, pp. 446 e 447.

o que traduz também um certo domínio do uso do artigo por parte da criança³⁷.

Coesão interfrásica³⁸

O quadro seguinte revela a percentagem e o tipo de conectores usados pelas crianças entre as estruturas que integram as suas narrativas e que contribuirão para a sua coesão.

Se se considerarem todas as histórias na globalidade (n = 60x3), os conectores usados pelos sujeitos estudados são em ordem decrescente de número respectivamente *e* (n = 207), *e depois* (n=113), *depois* (n=71), *mas* (n=4), *também* (n = 2), *que* (n=2) e *nem* (n=1).

Observe-se porém a percentagem de uso dos diferentes conectores entre estruturas em cada um dos grupos etários.

QUADRO 4 — Percentagem de Conectores Usados entre Estruturas

Conectores	Idade		
	6 anos	7 anos	8 anos
0	28,73	15,55	15
E	37,57	47,22	38,57
E depois	22,10	22,78	22,85
Depois	10,49	11,11	22,85
Mas	—	1,66	0,71
Também	—	1,11	—
Nem	0,55	—	—
Que	0,55	0,55	—

³⁷ Assim, o uso do artigo definido a preceder os nomes como *café*, *restaurante*, *esplanada*, em expressões do tipo de «ir ao café», «ir ao restaurante», não traduz uma referência específica mas pressupõe parâmetros definidos pragmaticamente, tomando possivelmente como ponto de partida o mundo circundante do falante/ouvinte, i.e. contextos específicos. Cf. HAWKINS, J. A., *op. cit.*, 1978, pp. 214-221.

³⁸ Relativamente ao termo que designa este tipo de coesão, afigura-se-ia porventura mais rigoroso, de acordo com a análise praticada, chamar-lhe coesão interestrutural, uma vez que os textos produzidos pelas crianças observadas são

Como se pode ver através das percentagens transcritas, o grupo dos 6 anos é aquele em que se evidencia uma maior percentagem de ausências de conectores entre estruturas, diminuindo esse valor com a idade. Quanto aos conectores mais utilizados, eles são *e* e *e depois*, sendo todavia mais elevada a percentagem de uso do *e* na criança de 7 anos de idade. Estas crianças empregam também em maior percentagem a estrutura N (Sintagma)³⁹ e manifestam, em relação ao grupo dos 6 anos, uma tendência mais acentuada para a ligação de estruturas por meio de conectores.

Convém igualmente referir que, consideradas as histórias na globalidade em relação a cada grupo etário, se constata um menor uso de conectores nas crianças de 8 anos (n=119 + 5⁴⁰) em relação às crianças de 6 (nz=129) e de 7 anos (n=152).

Por um lado, a criança com a idade tende a ligar as estruturas por meio de conectores (charneiras) e por outro lado verifica-se também uma redução do número de estruturas nas crianças mais velhas⁴¹.

Se a ausência de charneiras (conectores) for igualmente uma marca representativa de articulação, de junção, ela é sobretudo representativa aos 6 anos verificando-se mesmo uma redução da existência de possíveis ligações entre estruturas no grupo dos 8 anos (n=140) em relação aos grupos de 6 anos (ni=181) e de 7 anos (n = 180).

Constata-se ainda aos 8 anos de idade o uso de *de repente* e de *de momento* a introduzir a 2.^a imagem, a que se poderá porventura chamar *conjunctores de transição temporal*, um pouco à semelhança do que refere C. M. Scott⁴² relativamente a «in the meantime».

analisados em estruturas. Consideram-se assim unicamente os conectores que ocorrem explicitamente entre estruturas, coordenando e articulando as sequências narrativas, e não aqueles possíveis «conectores» que poderão ocorrer intraestruturalmente. Revelam-se desta forma especialmente frequentes os conectores com valor sobretudo aditivo, a marcar a interdependência entre as estruturas. No que diz respeito às estruturas, ver nota 7.

³⁹ Cf. PINTO, M. G. Lisboa Castro — *Estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita*, in «Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas», II Série, vol. III, 1986, p. 235.

⁴⁰ O número 5 diz respeito às ocorrências de *de repente* (n = 4) e *de momento* (n = 1), não considerados charneiras na análise efectuada.

⁴¹ Assim, aos 6 anos no total de 60 histórias contam-se 240 estruturas, aos 7 anos, no mesmo número de histórias, 241 estruturas e aos 8 anos, também em 60 histórias, contam-se 200 estruturas.

⁴² Cf. SCOTT, C. M., *art. cit.*, 1984, p. 432.

De repente e de momento traduzirão uma relação mais sofisticada, pelo que só ocorrem aos 8 anos e em número reduzido (n=4 + 1).

Se se considerar que as crianças sentem necessidade de ligar explicitamente por meio de conectores as três imagens que servem de suporte material à história, a análise efectuada apontará no sentido de que as crianças de 8 anos são as que veicularão a maior percentagem de conectores para efectuar tal ligação (94,89 %). As crianças que o farão em menor percentagem são as de 7 anos (55,92 %), apresentando as de 6 anos uma percentagem de 66,66 %.

A percentagem encontrada nas crianças de 7 anos coadunar-se-á com o emprego de conectores entre estruturas que traduzem especialmente uma preocupação com o quadro onde se desenrola a acção⁴³ e não tanto exclusivamente com a ligação entre imagens (momentos do raciocínio subjacente à história).

Por outro lado, utilizam estes três grupos de sujeitos, embora de modos distintos, outros itens, alguns dos quais tipicamente dísticos, que mostram a preocupação de referência explícita à imagem que estão a focar. Tais ocorrências, em número de 23 aos 6 anos, de 17 aos 7 anos e de 9 aos 8 anos, são do seguinte teor: «aqui», «ali», «lá», «(n) a outra», «outra vez», «no meio», «o 1.º», «o 2.º», «o último», etc, para além do uso explícito do verbo «ver» e do gesto de apontar.

Torna-se porventura relevante referir que 6 dos 9 itens ocorrentes aos 8 anos são o advérbio «lá», que, embora usado com referência exofórica e por isso não portador de coesão textual, pode servir de ensaio para um futuro uso endofórico (anafórico) de «lá», quando o locativo já surgiu previamente de modo explícito no texto. Aliás esse tipo de uso de «lá» aparece, muito embora apenas em 3 das 180 histórias analisadas.

Dos dados apresentados poderá depreender-se que aos 8 anos a preocupação de ligação das imagens como ponto de apoio para a narração da história já se encontrará mais centrada, apesar de tudo, na história/texto. Com efeito o raciocínio subjacente à história comporta três momentos — «existia uma primeira situação, interveio um acontecimento e resultou uma nova situação»⁴⁴ —, momentos esses

⁴³ Cf. PINTO, M. G. Lisboa Castro, *art. cit.*, 1986, p. 241.

⁴⁴ Cf. GmoLAMi-BouLMim, A., *op. cit.*, 1984, p. 37 e PINTO, M. G. Lisboa Castro, *art. cit.*, 1985, p. 267.

que deverão ser verbalizados e que correspondem isomorficamente às três imagens em questão.

Nos dois outros grupos etários, a criança ainda se encontrará bastante presa à imagem e concomitantemente preocupada, não em fornecer acontecimentos fulcrais, mas mais em relatar pormenores relacionados em especial com a situação/quadro. Ora as estruturas que traduzem tais elementos também terão de ser articuladas em princípio por meio de charneiras (conectores) e são-no especialmente por meio de e⁴⁵.

A coesão através de paralelismo

Um outro processo que poderá ser considerado coesivo em virtude da sua função de ligação é o paralelismo⁴⁶, coesão que tomará primordialmente por base o sintagma verbal.

De acordo com Bennett-Kastor, o paralelismo pode oferecer três aspectos: pode ser estrutural, lexical e global. O paralelismo estrutural assenta na reocorrência da estrutura gramatical variando os itens lexicais e conseqüentemente o referente. O paralelismo lexical, por sua vez, reitera a estrutura e o conteúdo lexical; contudo a estrutura pode evidenciar-se menos semelhante. Quanto ao paralelismo global, este assenta na reiteração da estrutura e do conteúdo lexical⁴⁷.

Como a própria autora deixa transparecer, nem sempre se revela evidente a distinção entre paralelismo estrutural e paralelismo lexical, pelo que poderão surgir dificuldades de ordem metodológica em relação à sua classificação⁴⁸.

⁴⁵ Cf. GRIFFITH, P. L.; RIPICH, D. N.; DASTOLI, S. L., *art. cit.*, 1986, p. 553.

⁴⁶ Cf. BENNETT-KASTOR, T. L., *art. cit.*, 1986, pp. 353, 354 e 358.

⁴⁷ Exemplos de paralelismos de acordo com BENNETT-KASTOR, *art. cit.*, 1986, p. 354:

- paralelismo estrutural: «May he send help from the sanctuary
and give you support from Zion!»
- paralelismo lexical: «First John blew a gigantic bubble,
and then Mary blew one.»
- paralelismo global: «and he went up there
and up there and up there
and then he went up there.»

⁴⁸ Cf. BENNETT-KASTOR, T. L., *art. cit.*, 1986, p. 358.

A COESÃO EM HISTÓRIAS DOS 6 AOS 8 ANOS

Em português surgiram, p. ex., dificuldades sobretudo no que se refere ao denominado paralelismo lexical, que muitas vezes ocorre, em nosso entender, associado a um paralelismo estrutural que se afigura parcialmente lexical.

Relativamente ao paralelismo estrutural, foram consideradas paralelas estruturas que apresentavam a mesma organização categorial, muito embora por vezes fossem consideradas estruturas paralelas aquelas em que surgiam subcategorias em relação à categoria correspondente.

Assim, foram também consideradas paralelas do ponto de vista estrutural, se bem que com certas reticências, estruturas como: «Estava um Senhor a beber vinho.» e «Depois começou a chover.» Interessou pois considerar nestes casos a reiteração da estrutura (N)+V+Prep.+V (+N).

Os dados analisados neste estudo e sujeitos à leitura subjectiva que um material deste estilo poderá facilitar apontarão para as percentagens que se observam no quadro seguinte.

QUADRO 5 — *Percentagem de Paralelismo*

Paralelismos	Idade		
	6 anos	7 anos	8 anos
Estrutural	% 49,09	% 48,14	% 86,48
Parcial Lexical			
Total	18,18	9,26	2,70
Global	9,09 23,63	14,81 27,77	8,10 2,70

Os valores transcritos mostram que o paralelismo estrutural se vai tornar mais representativo no grupo dos 8 anos e que neste mesmo grupo o paralelismo global se torna muito pouco representativo. Relativamente ao paralelismo lexical, este também diminui aos 8 anos.

Embora possa haver divergências na análise quantitativa e qualitativa dos dados e se trate de grupos etários distintos, os resul-

tados obtidos em português vão parcialmente ao encontro dos referidos por Bennett-Kastor no que se refere ao paralelismo estrutural e ao paralelismo global. Isto é, de acordo com a autora e nas idades por ela referidas, o paralelismo estrutural também ocorre em maior percentagem do que o lexical e o global⁴⁹.

De um modo geral, o paralelismo faz-se notar num grande número das narrativas produzidas pelas crianças deste estudo. Assim, se se tiver presente que em relação a cada grupo etário estão em estudo 60 histórias, o paralelismo observa-se em 66,66 % das narrativas das crianças de 6 anos, em 65 % das narrativas aos 7 anos e em 56,66 % das narrativas aos 8 anos.

Se se tomar em consideração a proximidade entre as estruturas em que se verifica esse paralelismo, independentemente do tipo, poderá dizer-se que nas crianças de 6 anos em 53,33 % das 60 histórias está em causa paralelismo entre estruturas contíguas. Aos 7 anos, por sua vez, a percentagem é de 40 % e aos 8 anos de 50 %⁵⁰.

A leitura do Quadro 5 poderá levar-nos a pensar, porventura especulando, que a criança, neste caso entre os 6/7 anos e os 8 anos, caminha no sentido de um desprendimento em relação à reiteração lexical e global e no sentido de uma maior flexibilidade de uso de meios lexicais. Essa flexibilidade permitir-lhe-á o emprego renovado de itens lexicais fixando-se num aspecto comum que é a estrutura. A estrutura passa assim a poder revestir as roupagens que a criança sentir pertinentes sem ser necessário recorrer à repetição do que já foi referido no texto. Consequentemente, se bem que as histórias e até mesmo o modo como são solicitados possam condicionar o paralelismo e inclusivamente o seu tipo, os resultados apontam no entanto para uma distanciação entre a forma e o conteúdo, o que se poderá

⁴⁹ Bennett-Kastor observa contudo uma subida no uso do paralelismo estrutural aos 5 anos (idade das crianças mais velhas referidas) e também uma subida no paralelismo lexical (cf. *art. cit.*, 1986, pp. 363 e 364).

⁵⁰ De um modo geral, o paralelismo ocorre em estruturas imediatamente adjacentes ou com uma estrutura de permeio. Embora em número reduzido, por vezes também surge paralelismo entre estruturas N (sintagmas), estruturas que para certos autores poderiam considerar-se casos em que está em causa a supressão do verbo (cf. a este respeito GREENFIELD, P. 3VL; DENT, C. H. — *Pragmatic factors in children's phrasal coordination*, in «Journal of Child Language», vol. 9, n.º 2, pp. 425-443). No caso das enumerações, não foi considerado aí o paralelismo em virtude de só ocorrerem sintagmas nominais.

coadunar com uma capacidade crescente de uso de diferentes meios para atingir determinados fins, por meio das diferenciações que a criança vai operando.

CONCLUSÃO

Através do estudo realizado neste leque etário de crianças portuguesas, foi possível constatar que a criança revela uma certa necessidade de ligar as estruturas que constituem a narrativa, não só por intermédio de elos de coesão referencial e interestrutural, mas também usando de uma coesão que assenta num paralelismo que tem por base em especial o sintagma verbal.

Trata-se evidentemente de aspectos distintos de coesão mas que poderão mostrar, partindo das respostas encontradas, diferentes estratégias para resolver o problema em causa e assim o caminhar para a coerência que se espera a nível textual.

Uma vez que a história analisada é contada tendo como base a memorização de um suporte visual observado simultaneamente pelo falante/criança e pelo ouvinte/experimentador, encontram-se erros (egocêntricos) que resultam essencialmente de uma não explicitação referencial em virtude de uma demasiada centração no falante. O falante ignora desta forma o ouvinte e parece partir do pressuposto de que o que ele conhece também é conhecido do ouvinte, não explicitando a distinção entre o que é novo e o que já é conhecido a nível de transmissão da informação. Por outro lado, preocupa-se o falante em referir pormenores do quadro em que se desenrola a acção, i.e., enumera, em detrimento da produção de um texto em que se torne evidente a captação do essencial da história.

Tendo em conta estes dois aspectos (não explicitação referencial e enumeração), poderá dizer-se que no primeiro caso surge o emprego inadequado do artigo definido ou de outra expressão *definida* (prónome, *eclipse*, etc), sem que o referente tenha sido introduzido antes verbalmente. Por sua vez, o segundo caso, intimamente relacionado com o uso de conectores, sobretudo de *e*, caracterizar-se-á pelo emprego do artigo indefinido a preceder nomes já referidos e que passam a figurar como se se tratasse de elementos enumerados, conferindo incoerência ao texto.

Embora se verifiquem comportamentos distintos relativamente ao tratamento de nomes referentes a seres animados (passíveis de ser

agentes) e de nomes relativos a objectos inanimados, torna-se já como que sistemático, no caso dos primeiros, a introdução do nome por meio do artigo indefinido e a sua reiteração através do artigo definido (a preceder o nome) ou de outro tipo de expressão que permita estabelecer a cadeia anafórica. Dos resultados obtidos, depreende-se que a criança tende a manifestar uma aquisição mais precoce da capacidade de estabelecer cadeias anafóricas relativamente a nomes de seres animados do que a nomes de objectos inanimados.

Exceptuando o que se passa nos casos em que a criança não interliga as imagens e considera duas personagens distintas em vez de uma que volta a ocorrer (comportamento de cunho egocêntrico que é traduzido por uma cronologia meramente descritiva), registam-se também menos erros de incoerência, no sentido de Power e Martello, na reiteração da personagem (nome de ser animado) do que na reiteração de nomes de objectos inanimados.

Os possíveis erros de referência, de acordo com P. L. Griffith et alii, poderão fazer-se sentir do mesmo modo muito especialmente nos nomes não referentes à personagem e referidos só uma vez. Contudo, neste caso concreto de determinação (ou não) de um nome de objecto inanimado só referido uma vez, já se começará a fazer sentir por parte da criança o emprego do artigo com uso genérico, com uso homofórico, a preceder nomes massivos e a preceder determinados nomes inferíveis do contexto, muito embora nestes últimos o artigo nem sempre seja usado com o rigor necessário, remetendo por isso a sua referência não raramente para o contexto extra-verbal.

A ligação à imagem surgirá relacionada com o emprego de conectores, sendo esse emprego marca de boa organização textual nas crianças mais velhas quando se constata que o conector utilizado, para além de interligar imagens, interliga concomitantemente momentos importantes da história. Este comportamento manifesta já uma maior concentração no discurso, em virtude da capacidade crescente de des-
centração que se vai verificando.

Em contrapartida, nos outros grupos etários já o emprego do conector não se evidencia tão claramente relacionado com os momentos fulcrais da história. Se nestes grupos ocorrem conectores a marcar as imagens, também surgem outros itens verbais que remetem inequivocamente para a imagem e que não são portadores de coesão textual.

Poderá concluir-se que os comportamentos verbais em apreço são motivados pelo facto de existir um suporte visual como material de base para a narração da história. Com efeito, o suporte visual

poderá actuar de um modo negativo e fazer com que mesmo a este nível etário ainda se cometam erros de referência (textual) e se abuse de enumerações utilizando conectores em conformidade. Ora estes tipos de comportamento podem porventura não existir no mesmo grau quando a criança conta uma história sem ter como base a imagem.

Contar uma história por meio de imagens pode ainda deixar surpreender o tipo de raciocínio praticado pela criança. Assim, ela poderá ter dificuldade em apanhar o todo da história, justapondo sem mais o conteúdo de cada imagem. É bem possível que o raciocínio revista outras características, i.e., se manifeste mais (ou menos) evoluído, quando o problema a resolver é posto noutros termos.

A coesão referencial como a coesão interestrutural revelam-nos desta forma momentos de fixação na imagem por parte da criança e a sua progressiva distanciação traduzida no modo como esta passa a manipular, entre outros, os artigos e os conectores.

Quanto ao paralelismo, a análise praticada revela a tendência para uma maior maleabilidade no uso do léxico nas crianças mais velhas, fazendo sentir-se uma ligação textual que se funde essencialmente na estrutura gramatical, que poderá, por sua vez, evidenciar também uma determinada mestria a nível do domínio das categorias gramaticais.

O poder de descentração da criança permitir-lhe-á passar a prescindir dos mesmos meios para preencher as suas estruturas. Do mesmo modo que se distancia da imagem, a criança aprende também a desprender-se do seu próprio texto, tornando a sua produção mais variada, muito embora mantendo a coesão que lhe é conferida pela componente estrutural da sua língua. A diferenciação que é necessária para a distanciação da imagem, e que se verificou, embora de diferentes modos, a nível da coesão referencial e interestrutural, revela-se também evidente por isso em relação ao paralelismo.

O estudo deste tipo de execução verbal em crianças mais velhas levar-nos-á a confirmar ou não a tendência que se evidenciou nestes três grupos de sujeitos que foram objecto da nossa atenção.

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto